

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO SOLIMOEES AM

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	257029-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO SOLIMOEES AM	LAZARO SALES DE ARAUJO	25/05/2026 17:07 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25039.000238/2025-95



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


1.1. Aquisição de **Motores de popa e lanchas (embarcações)** visando suprir as demandas das comunidades tradicionais Motores de popa e lanchas embarcações indígenas do DSEI-MRSA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.


Item	Descrição	CATMAT	Unid. de Medida	Qnt. Mínima	Qnt. Máxima	Quantidade (Q)	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>Motor Popa. Tipo: Rabeta Longa. Potência: 13 HP. Aplicação: Embarcação. Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Combustível: Gasolina. Capacidade Tanque: 6,50 L. Tipo Motor: 4 Tempos. Sistema Direção: Manual.</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Monocilíndrico. Rabeta longa simples, tipo horizontal 2,20 m de comprimento com hélice 3 pás em alumínio adaptável para motores a gasolina 9 a 15 HP com eixo de 1", oferecendo ótimo desempenho em rios e igarapés e demais acessórios que devem ser entregues montados e prontos para uso, com instalação completa e adaptação para barco de alumínio, tipo canoa.</p> <p>Orientação Técnica: Marca: Honda ou equivalente.</p>	603108	Und	4	6	10	R\$ 7.922,67	R\$ 79.226,67
	<p>Motor Popa. Tipo: Partida Manual. Potência: 15 HP. Aplicação: Barco Alumínio. Características Adicionais: Válvulas Automáticas Descompressão, Refrigerado A.</p>							


2	<p>Quantidade Marchas: 2 UN. Quantidade Cilindro: 2 UN. Capacidade Tanque: 23 L. Tipo Motor: 2 Tempos. Velocidade: 4.500 A 5.800 RPM.</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Rabeta curta, cilindrada entre 246 cc e 294 cc, rotação máxima 4500/5500 rpm, 2 tempos, monocilíndrico, alimentação por 1 carburador, partida manual, lubrificação pré-mistura, ignição transistorizada, power trim manual. Rabeta com comprimento entre 381 mm e 442 mm. Consumo médio de 4,4 L/h.</p> <p>Itens de série: Tanque com mangueira e bulbo, jogo de ferramentas, cabo de partida de emergência, vela de ignição sobressalente.</p> <p>Orientação Técnica: Marca: Yamaha ou equivalente.</p>	325110	Und	4	8	12	R\$ 12.675,00	R\$ 152.100,00
3	<i>Idem ao Item 2 – Cota reservada para ME/EPP em 20%</i>	325110		1	2	3	R\$ 12.675,00	R\$ 38.025,00
4	<p>Motor Popa. Tipo: Partida Manual. Potência: 40 HP. Aplicação: Canoa de alumínio. Características Adicionais: Sistema De Ignição Manual. Combustível: Gasolina. Capacidade Tanque: 24 L.</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Motor 4 tempos, hélice em alumínio, 3 cilindros, rotação máxima 5500/6000 rpm. Sistema de partida elétrica, lubrificação cárter úmido, ignição CDI com microcomputador. Combustível recomendado: Gasolina. Garantia mínima: 1 ano. Sistema de direção: Manete.</p> <p>Itens de série: Tanque com mangueira e bulbo, jogo de ferramentas, cabo de partida de emergência, vela de ignição sobressalente.</p> <p>Orientação Técnica: Marca: Yamaha ou equivalente.</p>	347488	Und	3	5	8	R\$ 36.071,14	R\$ 288.569,12
5	<i>Idem ao Item 4 – Cota reservada para ME/EPP em 20%</i>	347488	Und	1	1	2	R\$ 36.071,14	R\$ 72.142,28
6	<p>Motor Popa. Tipo: Partida Manual. Potência: 40 HP (hidrojato). Aplicação: Canoa de alumínio. Características Adicionais: Sistema De Ignição Manual. Combustível: Gasolina. Capacidade Tanque: 24 L.</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Tipo hidrojato, a gasolina, 4 tempos, potência 40 HP, cilindrada 995 cm³.</p> <p>Configuração: 3 cilindros, rotação máxima 6.000 rpm e mínima 5.000 rpm. Pistões com 65 mm de diâmetro e 75 mm de curso. Peso: 122 kg/268 lbs.</p>	347488	Und	2	3	5	R\$ 35.188,93	R\$ 175.944,63


	<p>Sistema de injeção eletrônica de combustível, alternador de alto rendimento, rotor de aço inoxidável para maior durabilidade e resistência a detritos abrasivos.</p> <p>Orientação Técnica: Marca: Yamaha ou equivalente.</p>							
7	<p>Motor Popa. Tipo: Partida Elétrica. Potência: 90 HP. Características Adicionais: Diâmetro Curso 79x81,4/Taxa Compressão 8,9. Combustível: Gasolina. Quantidade Cilindro: 4 UM. Tipo Motor: 4 Tempos. Sistema Direção: Manete. Velocidade: 5.000 A 6.000 RPM.</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Motor de popa 90 HP, 4 cilindros, cilindrada 1.596 cm³, relação de transmissão 2.31, potência no hélice 90 HP, rotação máxima 5.000/6.000 RPM. Alimentação: EFI (injeção eletrônica de combustível). Exaustão pelo hélice. Lubrificação injeção de óleo. Ignição microcomputador TCI. Inclinação: PTT de larga faixa. Comprimento da rabeta: 20". Alternador: Capacidade 25A. Peso: 152 kg. Óleo recomendado: SAE 10W-30 ou 10W-40 (API SE, SF, SG). Hélice: Aço inox, acoplada ao motor.</p> <p>Itens de série: Caixa de comando à distância, 02 cabos de comando, 02 relógios digitais multifunções (tacômetro, horímetro, indicadores de nível de óleo, superaquecimento, power trim, velocidade, distância percorrida, horas, nível de combustível e voltagem da bateria).</p> <p>Orientação Técnica: Marca: Yamaha ou equivalente.</p>	392683	Und	1	2	3	R\$ 61.715,00	R\$ 185.145,00
8	<p>Barco Alumínio. Material Casco: Alumínio. Comprimento: 6 M. Boca: Aproximadamente 1,30 M. Características Adicionais: Soldado, Chapa De 2 Mm, Estrado De Alumínio Antide</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Tipo canoa. Comprimento: 6 M. Boca: 1,30 M. Pontal: 0,45 Cm, com cobertura retrátil. Estrutura em alumínio naval espessura 2mm (fundo) e 2mm (bordas/parede), com 5 bancos de alumínio acolchoados com encosto para até 5 pessoas, comando de direção, estrado antiderrapante, guarda volume na proa.</p> <p>Motorização: Adaptada para motor de popa 15HP, 2 tempos, partida manual, gasolina.</p>	305401	Und	5	8	13	R\$ 27.860,00	R\$ 362.180,00

	 <p>Padronizado na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>							
9	<i>Idem ao Item 8 – Cota reservada para ME/EPP em 14%</i>	305401		1	1	2	R\$ 27.860,00	R\$ 55.720,00
10	<p>Barco Alumínio. Material Casco: Duralumínio De Liga Naval. Comprimento: 7 M, Boca: 1,50 M, Pontal: 0,60 Cm. Características Adicionais: Cinco Bancos Preenchidos Com Elemento Flutuante</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Tipo canoa, Comprimento: 7 M. Boca: 1,50 M. Pontal: 0,60 Cm com cobertura retrátil. Estrutura em alumínio naval espessura 3mm (fundo) e 2mm (bordas/parede), com 5 bancos de alumínio acolchoados com encosto para até 10 pessoas, popa lavada com 0,50 cm altura, estrado antiderrapante, guarda volume na proa.</p> <p>Motorização: Adaptada para motor 13HP, 4 tempos, partida manual, gasolina, rabeta longa.</p>  <p>Padronizado na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>	624262	Und	3	5	8	R\$ 36.916,67	R\$ 295.333,33
11	<i>Idem ao Item 10 – Cota reservada para ME/EPP em 20%</i>		Und	1	1	2	R\$ 36.916,67	R\$ 73.833,33
	<p>Barco Alumínio. Material Casco: Duralumínio De Liga Naval. Comprimento: 7 M, Boca: 1,50 M, Pontal: 0,60 Cm. Características Adicionais: Cinco Bancos Preenchidos Com Elemento Flutuante</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Tipo canoa, Comprimento: 7 M. Boca: 1,50 M. Pontal: 0,60 Cm com cobertura retrátil. Estrutura em alumínio naval espessura 3mm (fundo) e 2mm (bordas/parede), com 5 bancos de alumínio acolchoados com encosto para até 12 pessoas, popa lavada com 0,40 cm</p>							


12	<p>altura, comando de direção, estrado antiderrapante, guarda volume na proa. Adaptada para Motor de popa 40HP, 2 tempos, a gasolina, partida elétrica; volante; manete, cabos, kit de direção completo.</p>  <p>Padronizado na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>	624262	Und	4	6	10	R\$ 47.137,50	R\$ 471.375,00
13	<p>Barco Alumínio. Material Casco: Duralumínio De Liga Naval. Comprimento: 7 M, Boca: 1,50 M, Pontal: 0,60 Cm. Características Adicionais: Cinco Bancos Preenchidos Com Elemento Flutuante</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Tipo canoa, Comprimento: 7 M. Boca: 1,50 M. Pontal: 0,60 Cm, com cobertura retrátil. Estrutura em alumínio naval espessura 3mm (fundo) e 2mm (bordas/parede), com 5 bancos de alumínio acolchoados com encosto para até 12 pessoas, popa lavada com 0,40 cm altura, comando de direção, estrado antiderrapante, guarda volume na proa. Adaptada para Motor de popa hidrojato 40HP, 2 tempos, a gasolina, partida elétrica; volante; manete, cabos, kit de direção completo.</p> <p>Padronizado na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>	624262	Und	2	3	5	R\$ 47.383,33	R\$ 236.916,67
	<p>Lancha. Material Casco: Alumínio Liga Naval, Comprimento: 7 M, Boca: 1,70 M, Pontal: 0,80 M, Potência Máxima Motor: 90 HP, Quantidade Passageiro: 9 UN, Acessórios: Estrado Antiderrapante, Espelho De Popa, Flaps E P, Características Adicionais: 01 Banco Piloto Com Encosto; 02 Bancos Para Passag, Tipo Motor: Motor De Popa, Combustível: Gasolina /Diesel, Capacidade Tanque Combustível: 150 L</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: LANCHA DE ALUMÍNIO, TIPO BOTE CABINADA, Comprimento: 7 M. Boca: 1,70 M, costado (lateral): 0,75 centímetros. Pontal: 0,80 Cm, confeccionado em chapa de alumínio liga 5053 naval de</p>							

14	<p>3mm; piso em chapa antiderrapante de 2mm, sanefas em plástico transparente. Tanque de combustível de 150 litros em chapa de 3mm; popa lavada reforçada; estrutura casarias em perfil retangulares de 2 x 1; teto rígido em chapa soldada de 1,5 mm; frente fechada com porta tipo corrediça com acrílico naval transparente; 3 bancos individuais estofados e 1 cadeira para piloto e passageiro; 09 passageiros e 01 tripulante, comando com painel de instrumentos, instalação elétrica em 12 volts, cabo PP antichamas, painel de 06 chaves, luzes de navegação (BB, BE e mastro); Farol de led com controle de busca 12W, 04 luzes de cortesia, bateria de 100 A, rádios VHF com base e antena, buzina extintor BC DE 2kg, 12 coletes homologados, 01 boia circular com retinida de 25 m, 06 defensas G2 bomba d' água de 1100 GPH com automático.</p> <p>Motorização: Motor de popa 90HP (Yamaha) ou equivalente; 4 tempos, a gasolina, partida elétrica; volante; manete; cabos; kit de direção completo.</p>  <p>Padronizado na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>	486705	Und	6	9	15	R\$ 186.250,00	R\$ 2.793.750,00
	<p>Lancha. Material Casco: Alumínio Liga Naval, Comprimento: 8 M, Boca: 2 M, Pontal: 0,80 M, Potência Máxima Motor: 115 HP, Quantidade Passageiro: 12 UN, Acessórios: Estrado Antiderrapante, Espelho De Popa, Flaps E P, Características Adicionais: 01 Banco Piloto Com Encosto; 02 Bancos Para Passag, Tipo Motor: Motor De Popa, Combustível: Gasolina /Diesel, Capacidade Tanque Combustível: 200 L</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: LANCHA FLUVIAL CABINADA, Comprimento: 8 M. Boca: 2 M. Pontal: 0,80 Cm, casco soldado, fabricado em liga de alumínio ASTM 5052H34 ou aço estrutural ABNT NBR 5920. Dimensões mínimas de 8 M de comprimento e 2 M de boca, com calado máximo na popa de 0,40 cm e popa lavada. Espessura mínima do casco: 3mm no chapeamento e 4mm nos reforços estruturais.</p>							

	<p>Painel e posto de comando avante, para-brisas articulados e janelas laterais corrediças em acrílico. Equipada com banheiro (contendo vaso sanitário, pia e espelho), sistema elétrico completo, com iluminação LED, buzina sonora. Tanque de combustível de 200L. Capacidade para 12 passageiros + piloto, com assentos estofados impermeáveis, piso antiderrapante, porta-colete e porta-bagagem lateral. Dois bancos baú na popa (1,8m x 0,6m), conversíveis em cama e porta-objetos.</p>							
15	<p>Teto que suporte até 200kg com barras externas para bagagens, caixa d'água de alumínio com capacidade de 50 Lt (sistema de enchimento por bomba 12 Volts) para distribuição e uso no banheiro. Bomba de porão automática 12 Volts (2.000L/h); Farol de busca com controle 12W. Sistema de comunicação marítima com rádio VHF 25W, ecobatímetro regulável (14º para águas profundas, 45º para rasas) e içamento automático de motor.</p> <p>Motorização: Motor de popa 115HP (Yamaha) ou equivalente, novo de gasolina 4T, sistema de partida elétrica e comando remoto. Equipamentos de segurança incluem boia náutica, remos, lona rafia amarela (9m x 4m), seis catracas para carga, extintor conforme NORMAN 2, bateria 150Ah, ganchos para suporte de soro, mastros para bandeiras e 16 coletes salva-vidas (2 infantis, 7 médios, 7 grandes).</p>  <p>Padronizado na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>	486705	Und	1	3	4	R\$ 315.133,33	R\$ 1.260.533,33
	<p>Lancha. Material Casco: Alumínio Liga Naval, Comprimento: 15 M, Potência Máxima Motor: Motor: 115 CV, Reversor de 3x1, Quantidade Passageiro: 7 UN, Acessórios: Sistema De Monitoramento E Registro De Imagens, Características Adicionais: Blindada, Tipo Motor: Motor Centro Com Eixo, Combustível: diesel, Capacidade Tanque Combustível: 3.000 L</p>							

16	<p>Informações Técnicas Adicionais: EMBARCAÇÃO PARA TRANSPORTE DE CARGAS, com casco de 15 M de comprimento e largura máxima de 4,17m/5m. Profundidade de 1,98m/1,28m e rascunho de 0,58m/0,52m. Construção robusta com laterais de 6mm na parte inferior e 5mm na superior, painel de popa de 5mm/6mm e eixo de popa de 25'.</p> <p>Motorização: Motor central de 115CV (diesel) com Reversor de 3x1, eficiente em consumo e emissões reduzidas garantindo distribuição equilibrada de peso e eficiência na navegação. Tanque de combustível 300L com mangueiras e registro. Sistema de direção via leme com comando hidráulico. Capacidade de carga: 10 toneladas; Toldo em alumínio 2mm, reforçado para transporte de até 800kg, com estrutura reforçada e grade tubular.</p> <p>Cabine e acomodações: Espaço para 7 passageiros com bancos laterais; ganchos reforçados para redes; banheiro compacto equipado com vaso sanitário e chuveiro (aquecimento solar ou elétrico), Tanque de água 250-300L. Pequena cozinha com fogão (gás/elétrico), pia e área de preparo de alimentação. Equipamentos de proteção coletiva: 10 coletes salva-vidas, 7 bóias circulares, 4 extintores de incêndio, sinalizadores visuais e auditivos, rádio VHF e kit de primeiros socorros. Proteção ambiental: Sistema de retenção de óleo e combustível, tanque seguro com ventilação, esgoto tratado para evitar poluição hídrica e lixeiras separadas para descarte correto de resíduos. Sistema de purificação de água para consumo otimizado.</p> <p>Sustentabilidade: Paineis solar fotovoltaico (2.000W) para iluminação, ar-condicionado e sistemas elétricos, com baterias de lítio para armazenamento. Iluminação LED de baixo consumo e ventilação natural por janelas ajustáveis.</p> <p>Segurança e operação: Moto-gerador diesel de 8 kva; Luzes de navegação; painel de controle para luzes de navegação; iluminação interna completa, tomadas 35x 110V e 2x 12V; Farol; coletes salva-vidas (60kg, 80kg, 100kg e 120kg); bomba de pressurização; bomba de porão; Extintor de incêndio. Sistema de navegação por GPS para monitoramento de posição e planejamento de rotas seguras.</p>  <p>Padronizada na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESAI/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>	616694	Und	1	1	2	R\$ 879.666,67	R\$ 1.759.333,33
----	---	--------	-----	---	---	---	-------------------	---------------------

17	<p>Lancha. Material Casco: Alumínio Liga Naval, Comprimento: 15 M, Potência Máxima Motor: 23 HP, Quantidade Passageiro: 7 UN, Acessórios: Sistema De Monitoramento E Registro De Imagens, Características Adicionais: Blindada, Tipo Motor: Estacionário (rabetão), Combustível: Diesel</p> <p>Informações Técnicas Adicionais: Embarcação para transporte de cargas, construída em alumínio naval 5052, fundo chato, com espessura de 4mm no fundo e laterais, espelho de popa no convés. Comprimento 15m x 2,60m, pontal 0,90m, fundo variando entre 2,30m e 1,20m, laterais 0,75m de altura com inclinação de 22 graus. Estrutura: Convés de 3mm, proa com 2,00m x 0,60m na frente e 2,20m atrás, passarela antiderrapante. Espelho de popa de 4mm. Cabine/tolda com pé direito interno de 1,70m, teto com forro em PVC térmico. Piso de alumínio antiderrapante. Motorização: 2 (dois) motores estacionários tipo Rabetão 23HP, 4T, refrigerado a Ar, cilindradas: 474, Combustível: diesel, Potência: 23 HP, Partida: Manual e elétrica, Capacidade do tanque: 5,5 Litros, Capacidade do óleo: 1,7 Litros, Peso máximo 51,8 Kg, rabeta reforçada em aço, eixo sobre rolamentos, de mínimo 2,40m de comprimento. Capacidade de carga: 10 toneladas; Toldo em alumínio 2mm, reforçado para transporte de até 800kg, com estrutura reforçada e grade tubular.</p> <p>Cabine e acomodações: Espaço para 7 passageiros com bancos laterais, ganchos reforçados para redes, banheiro compacto equipado com vaso sanitário e chuveiro (aquecimento solar ou elétrico), Tanque de água 250-300L. Pequena cozinha com fogão (gás/elétrico), pia e área de preparo de alimentação. Equipamentos de proteção coletiva: 10 coletes salva-vidas, 7 bóias circulares, 4 extintores de incêndio, sinalizadores visuais e auditivos, rádio VHF e kit de primeiros socorros. Proteção ambiental: Sistema de retenção de óleo e combustível, tanque seguro com ventilação, esgoto tratado para evitar poluição hídrica e lixeiras separadas para descarte correto de resíduos. Sistema de purificação de água para consumo otimizado. Sustentabilidade: Painel solar fotovoltaico (2.000W) para iluminação, ar-condicionado e sistemas elétricos, com baterias de lítio para armazenamento. Iluminação LED de baixo consumo e ventilação natural por janelas ajustáveis. Segurança e operação: Moto-gerador diesel de 8 kva; Luzes de navegação; painel de controle para luzes de navegação; i iluminação interna completa, tomadas 35x 110V e 2x</p>	616694	Und	1	2	3	R\$ 568.000,00	R\$ 1.704.000,00
----	--	--------	-----	---	---	---	-------------------	---------------------

<p>12V; Farol; coletes salva-vidas (60kg, 80kg, 100kg e 120kg); bomba de pressurização; bomba de porão; Extintor de incêndio. Sistema de navegação por GPS para monitoramento de posição e planejamento de rotas seguras.</p>  <p>Padronizada na cor branca. Adesivado com a logomarca do SESA/MS. Deve acompanhar Memorial Descritivo, Arranjo Geral e Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)</p>							
Valor Total Estimado (VTE)							R\$ 10.004.127,69

- 1.1.1. *Em caso de divergência entre as descrições do CATMAT e as do Termo de Referência prevalecem as últimas.*
- 1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*
- 1.3. *A presente Contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do MINISTÉRIO DA SAÚDE 2024-2026.*
- 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados do(a) assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 1.5. *O fornecimento de bens proposto possui caráter estratégico e estrutural, não se enquadrando como fornecimento continuado, por se tratar de aquisição de bens permanentes (motores de popa e lanchas). A aquisição em questão visa atender a demanda de reposição e fortalecimento da frota, assegurando a regularidade e a eficiência do transporte fluvial necessário às ações de saúde indígena.*
- 1.6 *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*
- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000010/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 23/04/2025;

III) Id do item no PCA: 1448; 1449; 1455; 1458;

VI) Classe/Grupo: 2805; 1940; 1905; 1935;

V) Identificador da Futura Contratação: 257029-74/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As embarcações deverão ser produzidas em alumínio naval, material de maior durabilidade e reciclável, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e promovendo menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida;

4.1.2. Os motores deverão observar padrões de eficiência energética e redução de emissões de poluentes atmosféricos, em conformidade com as normas ambientais brasileiras aplicáveis; e

4.1.3. possuir tecnologias que proporcionem menor consumo de combustível; e.

4.1.4. apresentar baixo nível de ruído, contribuindo para a diminuição da poluição sonora e do impacto sobre a fauna aquática e sobre as comunidades ribeirinhas e indígenas atendidas pelo DSEI/MRSA.

4.1.5. As embalagens utilizadas no fornecimento deverão ser recicláveis ou reutilizáveis, sempre que possível, observando-se o princípio da redução e/ou a não geração de resíduos.

4.1.6. Os manuais dos equipamentos deverão conter, no mínimo, orientações de uso eficiente, visando à operação responsável dos motores e embarcações.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2.1. HONDA ou equivalente. Justificativa Técnica: Os motores da marca HONDA tipo rabeta longa de 13 HP apresentam desempenho superior em áreas de igarapés e margens de difícil acesso, especialmente no período de estiagem, quando são comuns obstáculos como bancos de areia e troncos submersos. O modelo de 13HP tipo rabeta longa é amplamente reconhecido por sua robustez, durabilidade e resistência a deformações, além da facilidade de manutenção devido à ampla rede de assistência e oferta de peças na região;

4.2.2. YAMAHA ou equivalente. Justificativa técnica: Os motores da marca YAMAHA tipo rabeta curta de 15 HP, 40 HP, 90 HP e 115 HP são preferidos para operações em áreas de grande volume de água e longas distâncias, como as encontradas nos grandes rios da região durante o período de cheia. Os modelos indicados apresentam excelente desempenho em termos de velocidade, eficiência de consumo e confiabilidade em operação contínua, além de contarem com ampla rede de assistência técnica autorizada e disponibilidade de peças de reposição na região amazônica, o que minimiza o tempo de inatividade e garante resposta ágil em caso de manutenção.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens, contados do(a) assinatura do termo contratual, em remessa parcelada.

5.1.1. Motores de popa, 30 dias;

5.1.2. Barco de alumínio (canoa), 40 dias;

5.1.3. Lanchas (cabinadas), 60 dias;

5.1.4. Embarcação, tipo Bajara, 90 dias.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço rua **Monteiro de Souza, nº. 287 - Centro, Tefé/AM – CEP 69.550-045** de **segunda a sexta-feira**, no horário das **8h** às **17h** exceto em final de semana, feriados e/ou pontos facultativos em que o DSEI/MRSA deverá adotar uma programação para o recebimento dos bens.

5.5. As embarcações deverão ser padronizadas com pintura predominantemente branca, adesivadas com a logomarca da SESAI/MS, identificação da Saúde indígena e do órgão (DSEI-MRSA) com letras tipo helvética média, conforme a imagem seguinte.





6. As medidas deverão ser ajustadas em tamanhos proporcionais, de modo a transmitir boa visualização, leitura e compreensão.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (IBGE)* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será *parcelado*.

9.2.1. A periodicidade estimada entre cada requisição será de no mínimo 4 meses, no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos *dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo de 10% do valor o total estimado da contratação*.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.30. *A exigência de qualificação econômico-financeira fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa contratada possua capacidade financeira para cumprir integralmente as obrigações, considerando o valor global da*

aquisição e a essencialidade dos bens para o funcionamento das ações de saúde indígena. A verificação de índices de liquidez, solvência e regularidade econômico-financeira reduz o risco de inadimplemento, atrasos ou interrupção no fornecimento, garantindo execução segura do contrato, conforme art. 67, IV, e art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

9.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.31.1.1. *estar relacionado com fornecimento venda e fornecimento autorizado de motores de popa, fabricação e fornecimento de barcos de alumínio, lanchas e/ou embarcações de potência e características equivalentes como objeto da licitação;*

9.31.1.2. *expedidos e assinados por autoridade competente como diretores, gerentes e/ou representantes legais de órgãos, empresas e/ou instituições ou representantes formais de áreas técnicas ou demandante;*

9.31.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.31.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.32. *A exigência de Qualificação Técnica justifica-se em razão da natureza dos bens (motores de popa e embarcações), os quais demandam capacidade comprovada do fornecedor para assegurar a conformidade técnica, a garantia de fábrica, a disponibilidade de peças e a assistência técnica autorizada. A apresentação de atestado de capacidade técnica e/ou declaração de revenda autorizada visa mitigar riscos de fornecimento inadequado, assegurar a durabilidade dos bens e garantir a continuidade da assistência à saúde indígena na área de abrangência do DSEI /MRSA, em conformidade com o art. 67, II da Lei nº 14.133/2021.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 10.004.127,69** (Dez milhões, quatro mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. **As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.**

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257029;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 449052-48; 449052-20.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. **As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.**

Tefé-AM, 25 de maio de 2026.

Lázaro Sales de Araújo
Chefe do Serviço de Recursos Logísticos

José Francisco da Silva Filho
Chefe da Divisão de Atenção à Saúde Indígena

- 1. Ciente.
- 2. Nos termos acima o Termo de Referência revisado, após orientação do parecer jurídico, na qualidade aprovo de Autoridade Competente, com fulcro no artigo 14, inciso II do Decreto n.º 10.024/2019.

Ercília da Silva Vieira
Coordenadora Distrital do DSEI/MRSA

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

[NÃO SE APLICA]

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

[NÃO SE APLICA]

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LAZARO SALES DE ARAUJO

Chefe do SELOG/MRSA



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 17:06:43.

JOSE FRANCISCO DA SILVA FILHO

Chefe da DIASI/MRSA



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 17:07:52.

ERCILIA DA SILVA VIEIRA

Coordenadora Distrital